



OS DESAFIOS EDUCATIVOS PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS

THE EDUCATIONAL CHALLENGES FOR THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM IN THE SCHOOL CONTEXT IN THE INITIAL GRADES

Lorrayne Rodrigues de Sousa OLIVEIRA

Faculdade Guarai (IESC/FAG)

E-mail: rodrigueslorrayne39@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-0150-0732>

Dayanne Leite da Silva OLIVEIRA

Faculdade Guarai (IESC/FAG)

E-mail: dayannemilk@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0002-2625-6621>

Adriana Keila DIAS

Faculdade Guarai (IESC/FAG)

E-mail: adrianakeiladias@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1291-5593>

RESUMO

O termo “autismo” foi introduzido em 1908 por Eugen Bleuler para descrever o isolamento característico de pacientes esquizofrênicos. Atualmente, o conceito evoluiu para Transtorno do Espectro Autista (TEA), abrangendo diferentes graus de comprometimento cognitivo e social. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2023), cerca de 1 em cada 100 crianças no mundo apresenta TEA, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas para diagnóstico precoce, inclusão educacional e acesso a tratamentos. A presente pesquisa, de caráter bibliográfico, baseia-se na análise de referenciais teóricos extraídos de bases acadêmicas como Google Acadêmico, Scielo e Capes, a fim de compreender as práticas educacionais inclusivas para crianças autistas. A investigação reforça a importância do investimento em pesquisa, formação profissional e infraestrutura para garantir uma educação acessível e de qualidade.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Séries iniciais.

ABSTRACT

The term “autism” was introduced in 1908 by Eugen Bleuler to describe the isolation characteristic of schizophrenic patients. Currently, the concept has evolved to Autism Spectrum Disorder (ASD), encompassing different degrees of cognitive and social impairment. According to the World Health Organization (2023), approximately 1 in 100 children worldwide has ASD, highlighting the need for public policies aimed at early diagnosis, educational inclusion, and access to treatments. This research, of a bibliographic nature, is based on the analysis of theoretical references extracted from academic databases such as Google Scholar, Scielo, and Capes, in order to understand inclusive educational practices for autistic children. The investigation reinforces the importance of investing in research, professional training, and infrastructure to ensure accessible and quality education.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusion. Early grades.

INTRODUÇÃO

O termo “autismo” foi introduzido em 1908 pela psiquiatra suíça Eugen Bleuler para descrever a tendência de pacientes esquizofrênicos a se isolarem da realidade, mergulhando em um mundo interior. Durante certo período, indivíduos relatados com autismo foram frequentemente retratados na mídia como pessoas sem emoções e incapazes de sentir compaixão. Bleuler baseou-se na palavra grega *autós*, que significa “de si mesmo”, para definir o conceito, associando-o ao afastamento da realidade e ao retraimento específico dos pacientes com esquizofrenia.

Logo, em 1943 palavra autismo foi empregada pela primeira vez por Leo Kanner para caracterizar um grupamento específico de comportamentos. De acordo com Dawson, Mcpartland, Ozonoff (2020), mostra o autismo com uma gama de manifestações e pode ocorrer também em crianças com boas habilidades de comunicação, inteligência dentro da média e dificuldades de aprendizagem, demonstrando formas mais sutis dos comportamentos específicos.

Ainda conforme os mesmos autores, o autismo não é uma condição com uma definição restrita, e sim um espectro de severidade variável, que vai desde o quadro clássico descrito por Leo Kanner até as variantes mais leves, associadas a boas

aptidões de linguagem e cognitivas, de pensamento. E por esse motivo é utilizado hoje o termo Transtorno do Espectro Autista-TEA (Dawson; Mcpartland; Ozonoff, 2020, p. 24).

Em 15 de novembro de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que aproximadamente 1 em cada 100 crianças no mundo apresenta TEA, tal fato estaca a importância de expandir políticas públicas externas voltadas para o diagnóstico precoce, a inclusão educacional e o acesso a tratamentos adequados. O crescimento na prevalência pode estar associado a uma maior conscientização, ao avanço nos critérios diagnósticos e à ampliação do acesso a informações sobre o autismo. A desigualdade no acesso a esses recursos permanece um obstáculo significativo, particularmente em países de baixa e média renda, onde a escassez de dados concretos dificulta a identificação e o apoio adequado às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse contexto, torna-se essencial priorizar o investimento em pesquisa científica, formação profissional e infraestrutura de atendimento para assegurar condições de vida dignas e promover a inclusão social dessa importante parcela da população, principalmente dentro das unidades escolares.

Assim, faz-se necessário discorrer sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas séries iniciais no cenário educacional brasileiro, especialmente quando refletimos sobre as diretrizes que regem a Educação Inclusiva. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), é incumbência das instituições de ensino garantir o acesso, a permanência e a participação efetiva de todas as crianças, sem distinção de suas condições. Como aparato, vale citar a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Evidencia-se, portanto, que o ambiente escolar é “um espaço que envolve, principalmente, os fatores sociais, motoras, cognitivas e afetivas da criança” (Oliveira Neto, 2020, p. 02). Esses fatores se concretizam por meio da interação entre as crianças, favorecendo diversas abordagens que visam a promover a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo de todos.

A inclusão de crianças autistas no ambiente escolar exige uma atenção especial às suas particularidades, especialmente no que se refere aos desafios na comunicação, na interação social e na resposta a diferentes estímulos. Assim, a Educação Inclusiva se concretiza por meio da participação ativa de todas as crianças, sem distinções, em todas as atividades oferecidas pela escola. É fundamental que a instituição se comprometa a promover o desenvolvimento integral de cada aluno, levando em consideração suas singularidades, especificidades e deficiências (Arruda, Castro; Barreto, 2020).

A formulação de leis têm sido um instrumento essencial na desconstrução de padrões de impostos pela sociedade, promovendo a equidade, a cidadania e o respeito, especialmente no que se refere à inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, pois muitas dessas crianças ficaram fora do ambiente escolar comum. No entanto, apesar dos avanços normativos, a realidade escolar ainda apresenta barreiras que dificultam a efetiva inclusão, exigindo adaptações curriculares, formação docente e mudanças nas práticas pedagógica que serão fundamentais para reconhecê-las como sujeitos sociais, respeitando as suas singularidades e garantindo um currículo e um processo de aprendizagem verdadeiramente inclusivos, que possibilitem a sua plena participação no contexto educacional.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios educativos e propor medidas para a inclusão de crianças autistas na sala de aula regular, abordando os principais desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de crianças autistas nas séries iniciais, examinando as barreiras estruturais, pedagógicas e sociais que permeiam esse processo. Ademais, estimular reflexões sobre estratégias e práticas capazes de favorecer uma educação mais inclusiva, valorizando as particularidades de cada criança e promovendo a equidade no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Essa pesquisa refere-se um estudo bibliográfico, com uma proporção reflexiva, uma vez que Da Silva et al. (2021) relata que é “uma etapa da pesquisa bibliográfica, e consiste no processo de obtenção de informações de modo a elucidar o estado na qual se encontra um conhecimento específico”. Da mesma maneira, Rodrigues (2023)

traz a pesquisa bibliográfica como uma fase da investigação, na qual realizamos o levantamento acerca do tema estudado, e uma seção do trabalho acadêmico (seja o projeto, relatório ou artigo), na qual o autor demonstra que identificou, leu (e compreendeu) o que já foi publicado sobre o assunto e tem habilidades para argumentar de forma fundamentada e estruturada sobre a matéria.

A pesquisa caracteriza-se quanto aos meios, inicialmente, com um estudo bibliográfico a partir do levantamento e análise de referenciais teóricos que possibilitaram maior abrangência e respaldo sobre o assunto. As referências foram importantíssimas para o processo de conhecimento sobre o tema, porque a partir da mesma alcançaram-se informações necessárias para seu desenvolvimento. Então, a pesquisa bibliográfica pôde oferecer suporte ao conhecimento e análise das principais contribuições teóricas existentes sobre o tema e o problema, tornando-se um instrumento indispensável para a pesquisa.

Quanto aos fins, a pesquisa bibliográfica deu-se justamente porque a mesma defende que para compreender o objeto pesquisado é necessário realizar exercícios de interpretação e compreensão, através da observação do pesquisador para refletir sobre as práticas de ensino, relacionados à criança autista dentro do ambiente educacional.

Para a coleta de dados, foi realizado um levantamento minucioso em plataformas de grande relevância acadêmica como, Google Acadêmico, Scielo, Portal de Periódicos Capes, LILACS, e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O critério de seleção dos artigos considerou os idiomas português, espanhol, inglês e publicações que abordavam a temática de interesse. Posteriormente, em uma análise mais abrangente, foram descartados artigos que não tratava fidedignamente em relação a temática, restando apenas aqueles que constituíram o embasamento teórico da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inclusão Social da Criança Autista e suas Dificuldades no Contexto Escolar e no Desenvolvimento Educacional

Figueiredo et al (2018), diz que é fundamental que os profissionais se dediquem e invistam no aprofundamento do conhecimento sobre o tema, por meio

de pesquisas, leituras e formação contínua, para que possam elaborar estratégias e práticas pedagógicas inclusivas, que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Com grandes números de crianças diagnosticadas portadoras de autismo, não é fácil, tanto para os familiares, quanto para as crianças, começando na exclusão social. A primeira interação da criança fora do âmbito familiar é na escola, onde se inicia a falta de inclusão social dos colegas de sala de aula, devido ao modo comportamental diferente, que logo é confundido com falta de educação e limite, sendo essa umas das principais características do autismo. O aluno autista se encontra com maior série de dificuldades para se adaptar dentro do contexto escolar regular, pois há regras que é muito difícil de entendimento a eles, essas dificuldades passam a fazer parte do convívio do aluno e dos professores, que também colabora para esse desafio enfrentado como um todo pela escola (Oliveira, 2020).

No âmbito educacional, o conceito de inclusão está vinculado à acepção da palavra em seu significado denotativo, enquanto a educação inclusiva é idealizada como aquela que possibilita ao estudante com deficiência o mesmo atendimento ou recursos que são oferecidos aos outros alunos. Definição esta que se harmoniza com o que apresenta Ferreira (2018, p.4), o qual considera que “a escola inclusiva é uma escola comum - ou regular - que acolhe todos os tipos de alunos independente das diferenças.”

Dessarte, cada instituição de ensino é encarregada de proporcionar, aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), condições apropriadas para sua adaptação e inserção nas atividades acadêmicas. Nesse contexto, é fundamental enfatizar que esses alunos possuem potencial para aprender, assim como qualquer outro indivíduo, uma vez que a aprendizagem é uma característica inerente a todo ser humano. O que se observa é que o aluno com TEA apresenta determinadas dificuldades e/ou limitações que devem ser consideradas durante o planejamento pedagógico, nas aulas e na rotina escolar de maneira integral. (Oliveira, 2020).

É claro que o intuito é integrar o aluno com necessidades especiais em turmas regulares, proporcionando-lhe a oportunidade de interagir com colegas da mesma faixa etária, o que contribui para o aprimoramento de suas relações sociais. Essa interação também aumenta as chances de estabelecer laços de amizade, que podem

beneficiar seu desenvolvimento emocional e social. Por outro lado, a convivência desses alunos melhora a perspectiva dos demais, promovendo o senso de acolhimento e compreensão de que as necessidades especiais não devem ser encaradas como um fator de exclusão, mas como uma particularidade. (Feliciano, 2021).

Por meio da inserção do estudante com TEA, observa-se uma evolução na compreensão dos demais estudantes acerca da diversidade humana e oferece uma experiência fundamentada na equidade e na valorização das diferenças, além de auxiliar em um processo de ensino e aprendizado equitativo. (Feliciano, 2021).

Se houver responsabilidade de desenvolver práticas e estratégias para que possa incluir essas crianças, elas não serão excluídas, pois em lugar algum os outros colegas vão ver essa exclusão, e vai entender de que um autista é um amigo, e tendo também a participação dos demais pais, para que com isso a educação de inclusão vem de dentro de casa (Oliveira, 2020).

Quando iniciamos um processo educacional para uma pessoa com deficiência TEA, não é somente os estudantes com autismo, as informações sobre o comportamento e características do estudante são de extrema importância para o professor de sala de aula comum, pois é um processo que não é fácil se lidar, cada criança tem um gral diferente, diante da dificuldade de aprendizagem. Elas têm um nível de concentração e de fixação muito baixa, portanto é um desafio ao professor e educador responsável (Freitas, 2023).

Nascimento e Oliveira (2022) sustentam que em uma sala de aula convencional que inclua uma criança com autismo, o educador deve, obrigatoriamente, contar com o auxílio de um profissional de apoio para orientar o aluno, favorecendo a adaptação e colaborando no progresso de atividades. Por outro lado, levando em conta que o estudante autista, na maior parte das circunstâncias, apresenta dificuldades de interação, a adaptação no contexto escolar pode constituir um desafio, conforme afirmam Nunes e Alves (2022), o obstáculo enfrentado por uma criança autista ao frequentar a instituição de ensino está relacionado às restrições sociais impostas pelo espectro. Uma vez que as crianças autistas demonstram consideráveis dificuldades para socializar e interagir com indivíduos, a escola pode

se tornar um ambiente onde elas não conseguem se integrar ou se adaptar. Assim, a entidade educacional deve estar apta a responder a essa necessidade.

Nesse contexto, Jesus, Rodrigues e Silva (2021, p. 03) também elucidam: É pertinente destacar as dificuldades vivenciadas pelos estudantes com autismo, especialmente o aspecto de que eles não apresentam a mesma aptidão para compreender e raciocinar sobre o que ocorre ao seu redor, assim como para ter uma adequada percepção em comparação aos demais, o que impacta negativamente seu desenvolvimento.

Corroborando, Nunes e Alves (2022) defendem que caso o docente não possua a competência para lidar com a inclusão do discente autista, a consequente complexidade de aprendizagem e de integração social desse aprendiz ou mesmo a desistência escolar, podem ocorrer. Os escritores defendem que para além da preparação, treinamento e empenho do profissional pedagogo, o educador deve conduzir a interação escolar por meio do carinho e da confiança, proporcionando um ambiente de proteção ao aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

De acordo com o Censo Escolar 2023, foram registradas 1.771.430 matrículas na educação especial. A maior parte delas está concentrada no ensino fundamental, representando 62,90% (1.114.230) do total. Em seguida, a educação infantil corresponde a 16% (284.847) das matrículas, enquanto o ensino médio contabiliza 12,6% (223.258) dos estudantes. Os dados foram divulgados em 22 de fevereiro pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

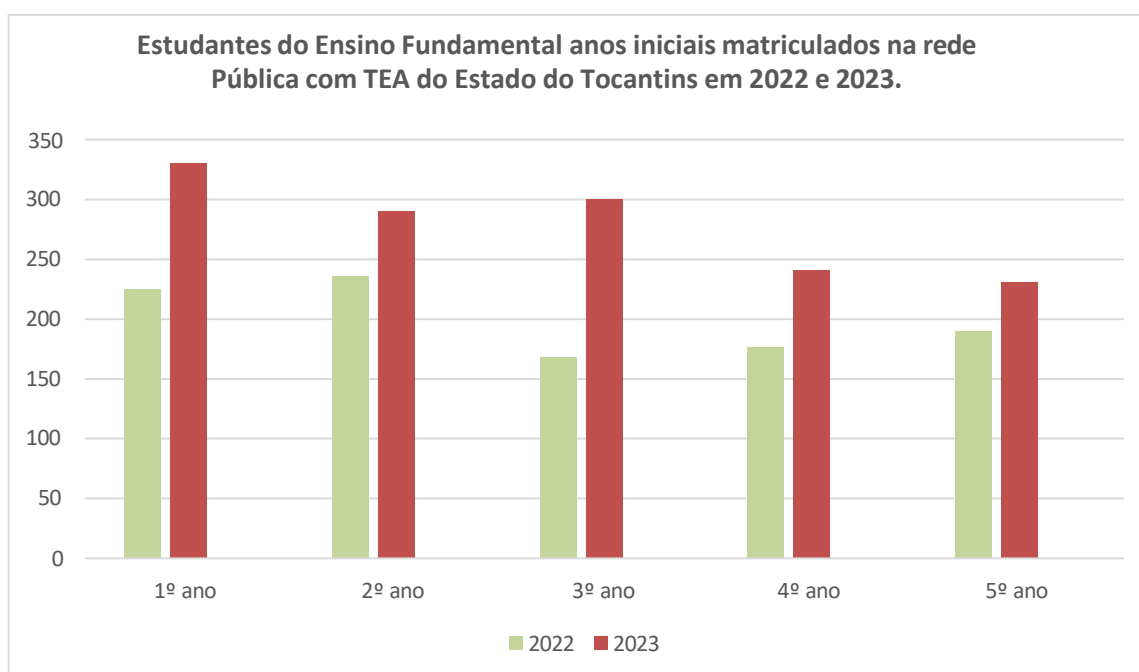


Fonte: INEP (2023).

Do total de matrículas, 53,7% correspondem a estudantes com deficiência intelectual, totalizando 952.904 alunos. Em seguida, os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representam 35,9%, somando 636.202 matrículas.

Esses números evidenciam a importância de políticas educacionais voltadas para atender às necessidades específicas desses estudantes, garantindo acessibilidade, inclusão e suporte adequado no ambiente escolar.

Número de Matrículas de Estudantes do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) da rede Pública com Transtorno do Espectro Autista do Estado do Tocantins ano 2022 e 2023.



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2022 e 2023.

Analisando os dados expostos no gráfico acima, pode-se afirmar que houve um aumento significativo na quantidade de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados do ano de 2022 para 2023 em todas as séries dos anos iniciais do Ensino Fundamental no Estado do Tocantins. No ano de 2022, o total de alunos com TEA matriculados foi de 996, já em 2023 o total foi de 1392 estudantes, com uma diferença de 396 a mais que no ano anterior.

Ao comparar os dois gráficos anteriores, é perceptível o aumento de matrículas de crianças com TEA no ensino regular nas séries iniciais e isso corrobora para que haja inclusão. Sendo assim, Godoi e Cirino (2021) relatam que a inclusão de

alunos com TEA no Ensino Fundamental deve ser realizada por meio da adaptação curricular e da formação docente. Esse processo deve ir além da simples matrícula, garantindo as condições necessárias para que o estudante se desenvolva e tenha acesso a um ensino adequado e de qualidade.

Por fim, a inclusão deve ser um compromisso de toda a escola, tanto dentro quanto fora da sala de aula, criando um ambiente onde o aluno com TEA se sinta acolhido ao interagir com os colegas. Para isso, a formação dos professores é essencial, capacitando-os para oferecer o suporte necessário e promover uma educação verdadeiramente inclusiva que deve “suprir e atender as demandas desses alunos, tendo em vista que a busca por essa capacitação deve ser contínua” (Godoi e Cirino, 2021, p.17).

Participação Política na Inclusão do Autista

Além da Constituição de 1988, outros documentos marcaram significativamente a trajetória em direção a uma educação inclusiva. A educação especial emergiu através de diversas lutas, organizações e legislações que favoreciam os direitos das pessoas com deficiência. Foi a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, que a educação inclusiva começou a ganhar força, seguida da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Nesse viés, Rodrigues e Lima (2017, p.1) destacam que “atualmente as pessoas estudam como as pessoas/estudantes com deficiência conquistaram a garantia dos seus direitos, mas por muito tempo eles foram desprovidos dessa realidade “. Como afirmam Barbosa, Fialho e Machado (2018), foi nesse contexto histórico que surgiu a necessidade de incluir o aluno com deficiência no ambiente escolar regular, em vez de buscar sua normalização.

Em dezembro de 2012, foi sancionada a LEI FEDERAL nº12.764, conhecida como lei Berenice Piana que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com TEA, com garantia de ter direitos aos acessos à educação com profissionais capacitados, para melhor atendimento de ensino profissionalizante, dentro do contexto escolar. Já em 2015, foi sancionada a lei 13.146, que garante a inclusão da pessoa com deficiência. Com a segurança dessas leis, deu uma facilidade

para a inclusão dessas crianças dentro da sociedade, tornando cada um especial e respeitando suas preferências (Bandeira, 2022).

Em 2023, o MEC lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O objetivo do PNEEPEI é culminar em 2026 com mais de 2 milhões de estudantes da educação especial inseridos em classes regulares, além de alcançar 169 mil matrículas na educação infantil e expandir os recursos financeiros destinados ao atendimento de um número maior de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). As salas foram estabelecidas para atender alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, que estão matriculados em turmas regulares do sistema de ensino público (Brasil, 2023).

Em 2023, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram destinados R\$ 237 milhões para 11.430 escolas em todo o país adquirirem materiais didáticos e pedagógicos, além de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, garantindo o atendimento às necessidades pedagógicas dos estudantes.

Além disso, o MEC promoveu formação em educação inclusiva para todos os professores da educação básica envolvidos no atendimento educacional especializado, gestores escolares e docentes de classes comuns que atuam com estudantes da educação especial.

De acordo com Silva, da Silva e Barra (2021) argumentam, apesar da existência de políticas públicas direcionadas à educação especial, a inclusão de indivíduos com diversas modalidades de deficiência se revela uma tarefa desafiadora para as instituições de ensino. Salienta-se, ainda, que, apesar de a legislação exigir o funcionamento integral das salas de recursos multifuncionais, esta não reflete a realidade na maioria das instituições de ensino, uma vez que os profissionais carecem de formação adequada para atender às variadas deficiências.

Por último, destacam que, para alcançar um maior sucesso na inclusão do aluno autista, é fundamental investir na formação continuada dos professores, bem como na oferta de cursos específicos pelo Poder Público. Além disso, é necessário contar com professores especializados, que possuam um currículo ampliado e sejam capacitados para lidar com a diversidade dos alunos. Também é importante que os

educadores revisem suas metodologias de ensino, adaptando-as às necessidades individuais dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões supracitadas, tornou-se evidente que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas fases iniciais da educação regular ainda é um desafio significativo, que exige a adaptação do ambiente escolar e a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. Embora haja avanços por meio de políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), e um aumento na conscientização sobre a importância da inclusão, ainda persistem obstáculos que dificultam a plena participação dessas crianças nas escolas.

Os principais desafios encontrados na pesquisa trazem a necessidade de ajustes no currículo, a formação contínua dos professores e a falta de infraestrutura adequada nas unidades educacionais. Crianças com TEA possuem necessidades específicas, como dificuldades em socialização, comunicação e interação com colegas, além de respostas sensoriais diferenciadas. Essas características tornam o processo de inclusão mais desafiador, exigindo uma preparação especializada dos profissionais da educação e a colaboração de toda a comunidade escolar.

É essencial que a comunidade escolar entenda que o aluno com TEA possui grande potencial para aprender e se desenvolver, desde que as condições apropriadas sejam oferecidas. A inclusão deve ser vista como um esforço coletivo, envolvendo pais, equipe pedagógica, colegas e a administração escolar, e não como uma responsabilidade exclusiva do educador. A interação entre crianças com e sem TEA pode ser extremamente enriquecedora, promovendo uma maior compreensão e respeito à diversidade.

Contudo, a falta de apoio especializado e a resistência de certos setores da sociedade e da educação ainda representam obstáculos a serem superados. A escola inclusiva deve ser capaz de ajustar seus métodos e práticas pedagógicas para assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características, possam aprender de forma plena e significativa. A capacitação dos professores, o uso de

tecnologias assistivas e a presença de profissionais de apoio são recursos indispensáveis para o sucesso dessa inclusão.

Assim, a inclusão efetiva de crianças com TEA na educação básica vai além do cumprimento das normas legais; ela exige um compromisso verdadeiro da sociedade em criar um ambiente educativo que valorize a individualidade de cada aluno, reconhecendo suas limitações, mas, sobretudo, suas potencialidades. A implementação de práticas pedagógicas adequadas, juntamente com uma infraestrutura escolar inclusiva, é fundamental para garantir que essas crianças tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que os demais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Gabriela. **Direitos dos autistas**: conheça as leis no Brasil. São Paulo, 2022. Disponível: <https://genialcare.com.br/blog/direitos-dos-autistas/>.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DA SILVA, M. M.; SARAMAGO DE OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA DA SILVA, G. A. Pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 91-103, 25 dez. 2021.

DAWSON, Geraldine; MCPORTLAND, J.; OZONOFF, S. **Autismo**: de alto desempenho. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2020.

FELICIANO, M. M. M. **O autismo nas séries iniciais do Ensino Fundamental**: o desafio do ensino-aprendizagem. VII Congresso Nacional de Educação- Conedu. 2021.

FERREIRA, Felipe. **Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?** Atualizado em: 29 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 22 de jan 2025.

OS DESAFIOS EDUCATIVOS PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS. Lorrayne Rodrigues de Sousa OLIVEIRA; Dayanne Leite da Silva OLIVEIRA; Adriana Keila DIAS. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE MARÇO - Ed. 60. VOL. 01. Págs. 223-237. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

FIGUEIREDO, J. P.; COSTA, J. P.; DIAS, S. L. **Autismo e inclusão escolar: um olhar para as práticas pedagógicas**. Licenciatura plena em pedagogia. Trabalho de conclusão de curso. 2018.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatórios e investimentos na educação especial – 2023**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 22 de jan 2025.

FREITAS Emanuele. **Ferramenta para o desenvolvimento escolar de estudantes com TEA**. São Paulo, 2023.

GODOI, L. I. F. G., CIRINO, R. M. B. Inclusão do TEA (Transtorno do Espectro Autista) no Ensino Fundamental anos iniciais: limites e possibilidades. **Faculdade Sant' Ana em Revista**, v. 5, 2021. <https://diversa.org.br/artigos/ferramentas-para-o-desenvolvimento-escolar-deestudantes-com-tea/>.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 24 de fev 2025.

JESUS, Elisleide Ferreira; RODRIGUES, Denise da Silva; SILVA, Renata dos Santos. **Os desafios da inclusão escolar de crianças com autismo: da teoria à prática**. Repositório Universitário da Anima, 2021.

NASCIMENTO, Antônio Vinícius da Silva; OLIVEIRA, Gleiciane Maria Gonçalves. Inclusão e adaptação do aluno com autismo nas aulas on-line em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.3, p. 17550-17561, 2022.

NUNES, Joice Carla dos Santos; ALVES, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias. Inclusão de criança com Autismo em Sala de Aula. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2022, vol.16, n.63, p. 584-595, ISSN: 1981-1179.

OLIVEIRA, F. L. **Autismo e inclusão escolar: os desafios do aluno autista**. Revista Educação Pública. v. 20 (34), 2020.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

Organização Mundial da Saúde. **Autismo**. 15 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>.

RODRIGUES, Leandro. **O que é Educação Inclusiva? Um passo a passo para a inclusão escolar**. Postado em: 15 de agosto de 2017. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>. Acesso em: 22 jan 2025.

OS DESAFIOS EDUCATIVOS PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS. Lorrayne Rodrigues de Sousa OLIVEIRA; Dayanne Leite da Silva OLIVEIRA; Adriana Keila DIAS. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 – MÊS DE MARÇO - Ed. 60. VOL. 01. Págs. 223-237. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patricia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. 2023.

SILVA, Silvania Pereira; DA SILVA, Renata Pereira; BARRA, Eli Conceição. **Inclusão de pessoas com autismo na escola: enfrentamentos e estratégias**. Bomfim/BA, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/21232/1/ARTIGO%20Renata%20pereira.pdf>. Acesso em 25/01/2025.

SILVEIRA, N. M. G.; SANTOS, L. K. F.; STASCXAK, F. M. Os desafios das crianças com autismo à Educação Inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6620>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUZA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. **A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021. PDF. Disponível em: www.fucamp.edu.br. Acesso em: 15 fev. 2025.